



As especificidades do Jornalismo Esportivo sobre Futebol feminino a partir das reflexões da Teoria do Jornalismo

Letícia de Castro¹.

Universidade Federal de Santa Catarina.

Resumo: Reconhecendo-se o jornalismo como forma de conhecimento (GENRO FILHO, 1987) o jornalismo se nutre de mapas culturais de significados existentes na sociedade e age de modo a reforçá-los ou a apagá-los (HALL, 1999). A discussão teórica desta pesquisa está centralizada nos sentidos produzidos pelo discurso jornalístico (RODRIGO ALSINA, 2009), buscando dialogar com esses conceitos através de autores referenciais da Teoria do Jornalismo, para assim tentar contribuir para o estabelecimento de consensos a respeito de valores e atitudes do jornalismo esportivo em relação ao futebol feminino do Brasil. Nada parece mais adequado para pensar os recortes de gênero que perpassam o tratamento que a mídia dispensa ao futebol feminino brasileiro.

Palavras-chave: Futebol; Gênero; Jornalismo.

Introdução

Se o jornalismo é de fato uma prática discursiva e que produz diferentes sentidos e representações sobre a realidade, a sociedade em que vivemos e as relações às quais estamos submetidos, pode-se dizer também que foi das narrativas jornalísticas que originou-se boa parte da apropriação simbólica do futebol como identidade nacional. A história da modalidade no país é demarcada por um silêncio historiográfico da presença feminina e existem várias teorias a respeito da identificação nacional do futebol como locus masculino. Longe de ser, portanto, um lugar neutro, o jornalismo participa da construção social da realidade na medida em que produz “conhecimento sobre a vida cotidiana e o tempo presente” (BERTASSO, 2014, p. 28). Sendo assim, se compreende o jornalismo como uma forma de co-

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.



nhecimento (GENRO FILHO, 1987) e entende-se que ele produz um conhecimento particular sobre os fatos do mundo, mais do que apenas reproduz conhecimento gerado por outros atores. O jornalismo ocupa um lugar central na mediação da realidade, “onde temas dos campos sociais passam pelo processo de midiaticização, há um grande cruzamento de falas, interesses, negociações, disputas” (BORELLI, 2002, p.6). Como destaca Damatta (1982, p.32), “se o futebol é bom para ser visto, ele também serve para dramatizar e colocar em focos os dilemas de uma sociedade”. Considerando o esporte como um campo social, Borelli (2002, p.6) sintetiza que no mundo das fontes, o imaginário dos leitores, a concepção de um “leitor ideal” e as regras internas do campo jornalístico “são fatores determinantes e disputantes no espaço jornalístico esportivo”. O espaço dedicado todos os dias ao esporte é fruto de negociações, de disputas, de jogos de interesse travados dentro e fora das mídias. A autora ainda contribui nesse contexto afirmando que “a cobertura do esporte resulta, então, desta polêmica, deste jogo de vozes, destas injunções polifônicas de todos os campos sociais na luta por notoriedade, visibilidade e, enfim, legitimação” (BORELLI, 2002, p.6).

O esporte, por suas próprias características de entretenimento, lidando com paixões e emoções é um tema que, segundo Borelli (2002), perpassa interesses, cotidianos, sentimentos, anseios e expectativas de vários campos sociais. “O futebol, em especial, povoa várias dimensões, pois faz parte de nossa constituição cultural, imaginária e simbólica” (BORELLI, 2002, p.18). O esporte só ganha existência social porque passa por procedimentos técnicos, teóricos e por uma grande conversação empreendida no cotidiano, seja pela construção da agenda midiática ou pelas falas dos atores sociais - da opinião pública. Sem o empreendimento da linguagem sobre o esporte, ele passa a ser apenas uma atividade regrada, praticada pelos seus atores, ficando limitada à experiência daqueles que o vivenciam. (BORELLI, 2002, p.3) Carvalho e Grohmann (2016) também frisam que o meio esportivo ajuda a criar e a reforçar as noções que a sociedade tem sobre o que pertence ou não aos gêneros masculino e feminino. E esse cenário foi construído pela imprensa brasileira desde os primórdios da história do futebol no Brasil. Uma análise dessa situação nos remete a indagar sobre “quem” trabalha *com* e *no* jornalismo esportivo e, mais uma vez, segundo Jaeger (2006), nos deparamos com uma área

profissional que tem no seu gerenciamento, departamentos editoriais e reportagens figuras masculinas. A história nos mostra que ainda há muito a conquistar na relação entre mulheres, esporte e imprensa que, em termos gerais, é o objeto de estudos deste artigo.

Gênero no campo futebolístico brasileiro

A presença das mulheres no futebol no Brasil vem fazendo com que este esporte perca seu caráter de gênero e como afirma Rial (1998), “deixando de ser marca de masculinidade”. Entretanto, quando nos transportamos para o início dessa história, a fronteira existente entre um futebol de características masculinas e femininas parece ser bem mais demarcada. Para uma sociedade conservadora, católica e de herança escravocrata como a brasileira durante a primeira metade do século XX, o futebol feminino representava um “desvio de conduta” inadmissível aos olhos do Estado Novo e da sociedade brasileira do período. Em 1964, o futebol praticado por mulheres foi tema de uma carta enviada ao então presidente da época, Getúlio Vargas, por José Fuzeira, “um respeitável homem da Era Vargas” cuja intenção era uma só:

solicitar a clarividente atenção de V. Ex. para que seja conjurada uma calamidade que está prestes a desabar em cima da juventude feminina do Brasil. Refiro-me, Snr. Presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de m^oças, atraíndo-as para se transformarem em jogadoras de futebol, sem se levar em conta que a mulher não poderá praticar êsse esporte violento, sem afetar, seriamente, o equilíbrio fisiológico das suas funções orgânicas, devido à natureza que a dispôs a ser mãe. [...] E, neste crescendo, dentro de um ano, é provável que, em todo o Brasil, estejam organizados uns 200 clubes femininos, de futebol, ou seja: — 200 núcleos destroçadores da saúde de 2-200 futuras mães que, além do mais, ficarão presas de uma mentalidade depressiva e propensa aos exibicionismos rudes e extravagantes (FUZEIRA, 1940 apud FRANZINI, 2000, p.76).

O presidente Getúlio Vargas encaminhou a carta à Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde que por sua vez a repassou à sua Subdivisão de Medicina Especializada, onde recebeu apoio na interdição do desporto para o público feminino. Em 65, o Conselho Nacional de Desportos (CND) criou um documento oficial com instruções para as entidades desportivas do país, sobre as práticas esportivas que poderiam ou não ser desempenhadas pelas mulheres. E entre os desportos proibidos, um deles era o futebol. Os argumentos biológicos, o discurso

sobre a masculinização e a suposta falta de atributos como: “agressividade, competitividade e força se tornaram uma barreira para a inserção da mulher no esporte” (JANUÁRIO, 2015, p.14). Por mais que atividades físicas eram recomendadas às mulheres, a intenção era de melhor prepará-las para a condução de uma boa maternidade, visto que na época o corpo feminino era tido um bem social para gerar frutos e garantir o futuro da Nação. Não eram quaisquer exercícios que caracterizava-se como delas.

Neste contexto, destacam-se as pesquisas de Goellner (2005), que apontam que o temor à desmoralização feminina frente à exibição e espetacularização do corpo se traduzia num fantasma rondar as famílias. Preocupavam-se com a possibilidade de masculinização da mulher. Para além dos imaginados danos físicos que esse esporte poderia causar, o receio de que pudesse masculinizar as praticantes direciona-se, não apenas para as modificações de seu caráter, mas, sobretudo, para a sua aparência. “Afinal, julgava-se/ julga-se o quão feminina é uma mulher pela exterioridade do seu corpo”, (GOELLNER, 2005, p.9). No imaginário social coletivo, a ideia de conquistas e sucesso está habitualmente associada à velocidade, agilidade, força e resistência e, por conseguinte, ao homem. Componentes estes dominantes na prática do futebol que supostamente acreditava-se que a mulher não tinha. A antropóloga Adriana Piscitelli, ao dialogar sobre desigualdades de gênero, alega que em muitos cenários, a vinculação entre qualidades femininas e a capacidade de conceber filhos e dar à luz contribui para que a principal atividade atribuída às mulheres seja maternidade, e que o espaço doméstico e familiar seja visto como seu principal local de atuação. Os argumentos que sustentam esses discursos estão ancorados em uma representação essencialista dos gêneros, segundo a qual, a cada sexo correspondem algumas características que lhe são inerentes e, estas os define. O gênero, defende Scott (1989), também significa as relações de poder. O poder e, conseqüentemente, seu desequilíbrio nas relações estabelecidas entre os sexos são implicados diretamente por uma questão de gênero. Isto é, é o gênero que determina ou que, pelo menos, influencia diretamente na construção do poder, no controle e no acesso diferenciado a homens e mulheres às possibilidades sociais de desenvolvimento educacional, financeiro, laboral e também em algumas práticas esportivas, como o futebol. Quando as distribuições desiguais de poder entre homens e mulhe-

res são vistas, na concepção de Piscitelli (2009), como resultado das diferenças, tidas como naturais, que se atribuem a uns e outras, “essas desigualdades também são "naturalizadas" (PISCITELLI, 2009, p.2).

Em consonância com esse entendimento, é coerente correlacionar a interferência do Estado Brasileiro ao proibir as mulheres de jogar futebol com a ideia foucaultiana de biopoder, já que se tratava do controle dos corpos em virtude de uma nação higienizada. A concepção de preconceito que norteia esta reflexão remete às noções de normalidade e anormalidade erigidas por Foucault no âmbito de suas reflexões sobre a história da sexualidade. Ele ainda observa que os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que subsequentemente passam a representar. No contexto dos jogos de poder, para o filósofo, a normalidade e anormalidade se manifestam desempenhando processos de subjetivação os quais definem efeitos de verdade sobre o corpo. A teorização do gênero é desenvolvida na segunda proposição de Joan Scott, onde ela afirma que “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Para Michel Foucault, em 1976, a "sexualidade" não é um dado da natureza, mas o nome de um dispositivo histórico, datado da metade do século XVIII: o dispositivo de sexualidade, que seria o meio pelo qual a sexualidade é produzida e regida, bem como o sexo (ato sexual), disciplinado. A valorização de seus prazeres e a proteção de seu corpo contra perigos e contatos, além de garantirem seu vigor, descendência e longevidade, serviam como emblema de respeito e poder social. A partir da famosa e simbólica frase de Simone de Beauvoir, de que *não se nasce mulher, torna-se mulher*, Judith Butler (2003) sintetiza que ninguém nasce com um gênero, mas que o mesmo é sempre adquirido, porque a pessoa nasce com um sexo, mas o sexo não causa o gênero. E esse “ser mulher” e todos os diversos estereótipos atrelados a ele, também é discutido na obra de Butler. A filósofa argumenta que as contradições existentes entre as mulheres são lucidamente exemplificadas por Sojourner Truth, na obra de Angela Davis, em discurso proferido em Ohio, em 1851, ao rebater a supremacia masculina e a posição de “sexo frágil” que era atribuída às mulheres:

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou uma mulher? Dei à luz treze cri-

anças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou uma mulher? (DAVIS, 2016, p. 71).

Um dos aspectos mais importantes do livro de Angela Davis, “Mulheres, Raça e Classe”, publicado em 1981, é a crítica de Davis aos movimentos feministas lideradas por mulheres brancas que se mostraram incapazes de compreender as diferentes realidades e demandas de gênero das mulheres negras e de baixa classe social. Sua obra traz uma importante e necessária discussão de pensarmos o feminismo e os problemas de gênero de forma interseccional. Uma das pautas feministas mais relevantes é a desconstrução da feminilidade, as mulheres brancas e burguesas buscavam — e ainda buscam — romper com o estereótipo da mulher enquanto um ser doméstico, frágil e submisso. Contudo, essa não era uma questão compartilhada pelas mulheres negras durante e após a escravidão, pois nessa realidade viviam um outro tipo de submissão. A autora descreve que aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães - eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escravo. Esses fatos estão ilustrados na obra, demonstrando que a violência contra as mulheres negras fazia parte da dinâmica econômica e da estrutura social. Como insiste Judith Butler, se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo que alguém é. O gênero nem sempre vai se constituir de uma maneira coerente e consiste nos diversos contextos históricos existentes, “o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (BUTLER, 2003, p. 21). Judith postulava que, para delimitar o sujeito, é necessário excluir e naturalizar; ela rejeitava esse gesto, recusando, assim, o caráter essencialista do sujeito “mulher”. Jo Kane e Janet Parks (1992) argumentam que o esporte é uma poderosa instituição que reproduz simbolicamente relacionamentos patriarcais existentes, reforçando a superioridade masculina. Assim sendo, o esporte tem-se tornado, de forma razoável, um terreno fértil da produção social da masculinidade, levando-nos a inferir que é um mecanismo importante que “produz e reproduz, de forma aparentemente natural, dois gêneros ‘opostos’, mutuamente exclusivos”.

Hierarquia de gênero no discurso do jornalismo esportivo

A crítica à parcialidade nos meios de comunicação no que concerne ao gênero, parece sempre voltar à tona quando há algum estudo que envolva a mídia e o esporte, conforme afirmam Mourão e Morel (2005), pois o esporte, através da mídia, é predominantemente branco e masculino.

Não interessa qual país e evento são estudados, os resultados consistentemente mostram que os esportes envolvendo mulheres são proporcionalmente mal representados na mídia esportiva e considerados como de menor emoção e de menor dignidade para notícias do que os esportes envolvendo homens (STERKENBURG; KNOPPERS, 2004, p. 303).

Do início da década de 1930 ao final da década de 1980 a literatura médica veiculada nos periódicos brasileiros desestimulava e até mesmo desaconselhava a participação da mulher em determinados esportes. De acordo com Franzini (2000), o jornal *Gazeta Esportiva* apoiou fim do futebol feminino no Brasil e comemorou, através de publicações, o decreto de lei que proibiu a prática da modalidade pelas mulheres na época do Estado Novo, comprando a ideia lançada pelo governo de que “o futebol afetava a saúde da mulher e poderia comprometer sua capacidade de ser mãe”. O jornal até publicou a opinião de um especialista em medicina esportiva que atestava a veracidade dos danos causados às mulheres que jogavam futebol. O jornalismo esportivo é essencial no papel de divulgação, acesso e consumo aos mais diferentes esportes. Ou seja, se a imprensa não divulga essas informações elas ficam restritas apenas a quem está ligado diretamente com a modalidade (atletas, comissão técnica, direção e etc). Como evidencia Hall (1999), a mídia apresenta a primeira - e muitas vezes a única - fonte de informação sobre muitos acontecimentos. É a mídia que define para a maioria da população quais são os acontecimentos significativos (ou seja, o que é notícia) e também oferece interpretações acerca da forma de compreender esses acontecimentos.

O jornalismo tem tratado com desigualdade mulheres e homens nas suas coberturas esportivas, priorizando a presença masculina em seu discurso. De acordo com Goellner (2005), a mídia esportiva pouco espaço confere ao futebol feminino. “Parece não haver campeonato, contusões, clubes, transferências, nem mesmo questões pessoais, como é possível observar na mídia quando o foco é o futebol masculino” (MARTINS, MORAES, 2007). Sua forma de apresentar esta modalidade tem

sido freqüentemente adornada por adjetivos e intenções não encontrados no tratamento do futebol masculino e de forma a não garantir uma existência autônoma, perene, evidente e isenta de juízo. Além do que “é imprescindível insistir na idéia de que os meios de comunicação de massa transformam tudo em mercadoria” (BITENCOURT, 2005, p.18) e o suposto produto “mulher & futebol” tem características diferentes do produto “homem & futebol”. A cobertura esportiva, como enfatiza Borelli (2002), se faz em meio “a uma transação de falas” onde estão presentes as vozes dos atores sociais (jogadores, atletas), dos dirigentes, do marketing, do clube, do patrocinador, do técnico, do torcedor, da equipe médica, etc. E é a partir de inúmeras práticas (promover uma grande falação em torno de um acontecimento, cultuar o ídolo, fazer avaliações, análises, conjecturas, ‘focofocas’, sondar fatos, causas e conseqüências, orquestrar relatos sobre um fato particular, como uma despedida de um atleta, a conquista de um título, o fracasso, etc), que “o jornalismo tematiza e institui o esporte”. (BORELLI, 2002, p. 16) Benetti (2008) considera que é desse ponto de vista institucional que se situa o valor de credibilidade do jornalismo. “A credibilidade deriva da compreensão (social) de que o jornalismo é uma prática autorizada a narrar a realidade” (BENETTI, 2008, p. 21). Portanto, o processo de construção da realidade social, depende completamente da prática produtiva do jornalismo. ” (ALSINA, 2009, p. 46) A notícia diz respeito à sociedade na qual se insere, ou, como explica Alsina (2009), seu ecossistema. O jornalismo só irá cumprir sua função de informar na medida em que noticiar acontecimentos relevantes para aquele ecossistema. Ao tornar-se uma instituição social, o jornalismo assume determinados compromissos com a sociedade, os quais irão compor sua imagem perante o público.

Jornalistas reconhecidos como profissionais têm como competência primordial o fornecimento de informação à sociedade, isto é, o fornecimento de notícias (TRAQUINA, 2008). A função de informar pode ser compreendida como “a transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo” (CHARAUDEAU, 2007, p. 33). Como pontua Alsina (2009, p. 303), “o jornalista é o autor de um mundo possível que se manifesta em forma de notícia. A profissão é capaz de eleger temas, apresentar os fatos que considera relevantes para a compreensão de tais temas e ainda estabelecer que valores irão presidir sob a apreciação desta realidade construída. As notí-

cias são o valor absoluto da cultura jornalística e fazem dos jornalistas participantes ativos no processo de construção da realidade, a partir da necessidade de escolher, excluir e acentuar certos aspectos de um acontecimento para transformá-lo no relato que chega ao público. Alsina (2009) e Genro Filho (1987) destacam as determinações subjetivas e objetivas na construção da notícia diante da leitura da realidade. Isso porque não existe uma leitura descontextualizada e que não esteja objetivada. Os acontecimentos são externos aos sujeitos embora sejam reconhecidos e construídos por ele. “A produção da notícia é um processo complexo que se inicia com um acontecimento. Mas não precisamos entender esse acontecimento como algo alheio à construção social da realidade por parte do sujeito” (ALSINA, 2009, p. 113). Segundo o autor, o acontecimento é um fenômeno social e está determinado histórica e culturalmente. Cada sistema vai concretizar quais são os fenômenos que merecem ser considerados como acontecimentos e quais passam despercebidos. “O que um indivíduo escolhe, mesmo se for consciente ou inconscientemente, é o que vai fornecer a estrutura e o significado ao seu mundo” (HALL, 1978, p. 83 apud ALSINA, 2009, p. 115).

A comunicação social só pode ser abordada como um dos aspectos da dimensão ontológica do homem, não como um atributo ou uma qualidade adquirida. A comunicação, sob o ponto de vista analítico, é um aspecto do trabalho e, mais particularmente, expressa a forma social de produção do conhecimento. Portanto, um aspecto da essência do homem como ser que trabalha e se apropria coletivamente do mundo de modo prático e teórico. Numa palavra, a comunicação é um momento da *práxis*. O homem é um ser que domina e compreende o mundo simultaneamente e, nessa medida, transforma a si mesmo e amplia o seu universo. A comunicação está no âmago da atividade prática coletiva, da produção social do conhecimento que emana dessa atividade e, ao mesmo tempo, a pressupõe. Portanto, está no âmago da produção histórica da sociedade e da autoprodução humana (GENRO FILHO, 1987, p. 215).

Pensando em uma outra definição ao positivismo e ao funcionalismo em que o “jornalismo é uma forma de comunicação que serve para integrar e adaptar o homem ao seu papel social” (GENRO FILHO, 1996, p.3), para Genro Filho, o jornalismo é de fato um instrumento usado para educar e situar o indivíduo nas funções que a sociedade lhe atribui, porém, sua potencialidade transpassa esse limite. O jornalismo é mais do que isso. O autor avança na área epistemológica e define o jornalismo como uma forma de conhecimento diferente daquela produzida pela

ciência e defende o jornalismo como uma forma de conhecer que se cristaliza no oposto da universalidade, a singularidade. É uma forma de conhecimento que surge, historicamente, com base no desenvolvimento das relações capitalistas e com base na indústria. Para elaborar seu conceito sobre jornalismo, Genro Filho usa três categorias de grande tradição na filosofia: “o singular, o particular e o universal”. O autor entende que os fatos jornalísticos, como em qualquer outro fenômeno, coexistem nessas três dimensões da realidade articuladas no contexto de uma determinada lógica (Genro, 1977, p.163).

Rodrigo Miquel Alsina (2009) também diz em seu texto “A construção da notícia” que um dos elementos necessários para a construção da notícia é a sua publicação. Se o fato não for transmitido para o público, esse fato não poderá ser considerado como um acontecimento com transcendência social. Há uma diferença entre acontecimento e notícia, segundo Alsina (2009) o acontecimento é a mensagem recebida, enquanto a notícia é a mensagem emitida. Nem sempre o acontecimento vai ser notícia em todos os lugares do mundo, isso vai depender do grau de importância que a sociedade dará a ele. Esse acontecimento jornalístico irá se diferir dos tantos outros que ocorrem no mundo “em função de dados mais ou menos objetivos na relação com o tempo, o espaço e a hierarquia que convertem o acontecimento em notícia” (CHARAUDEAU, 2007, p. 133). Os conceitos de acontecimento de Alsina (2009) analisam a determinação do noticiável desde aspectos culturais às informações interligadas geradoras desses acontecimentos, que ao possuírem “transcendência social” repercutem de forma a receber valor-notícia. “É aqui que a ideologia profissional do que constitui ‘boas notícias’ – o sentido de valor-notícia do jornalista – começa a estruturar o processo”. (HALL, 1999, p. 224) Segundo Stuart Hall, Chas Critcher, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts, os valores-notícia tendem a funcionar como uma estrutura, já que “embora não estejam escritos em parte alguma, formalmente transmitidos ou codificados, os valores-notícia podem ser largamente partilhados entre os diferentes meios de comunicação e constituem um elemento essencial na socialização profissional, prática e ideologia dos jornalistas” (HALL, 1999, p. 225).

Na proposta de Hall, o jornalismo desempenha o ofício de reproduzir simbolicamente a estrutura ideológica vigente, que sustenta a ordem social e garante o

exercício do poder das instituições que ocupam papéis dominantes. Esses limites que envolvem a transformação do que é fato no que se imprime notícia vão desde a noção que considera a subjetividade do jornalista até o enquadramento interpretativo – resultante do que se concebe como relevante do ponto de vista noticioso para a ideologia dominante e seus definidores primários (HALL 1993, p. 230). Para Foucault, a elaboração da ciência anula a legitimação de saberes locais, populares, e dos conteúdos históricos, eruditos. A coibição desses saberes em privilégio de um saber englobante é ação do poder na constituição da ciência. Para ele, é necessário que se dê crédito a esses saberes desqualificados, chamados saberes dominados, para dar oportunidade de observar o confronto que o poder tenta mascarar. O saber científico, dessa maneira, não pode ser centralizador, não deve ocultar aquilo que dizem os conteúdos históricos e os saberes locais. Dar voz àquilo que o poder oculta é uma tarefa da crítica, sugerida por Foucault (1979, p. 171) como genealogia do poder: “Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra uma instância teórica que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome de uma ciência detida por alguns”.

O jornalismo contribui para a manutenção da distância daquilo que possa parecer inconveniente para a ordenação social hegemônica, como é o caso do que seja resistente, alternativo, fora do eixo oficial. Os valores-notícia fornecem critérios nas práticas de rotina do jornalismo que permitem aos jornalistas, editores e agentes noticiosos decidir rotineira e regularmente sobre quais “estórias” que são “noticiáveis” e quais não são, quais “estórias” merecem destaque e quais as que são relativamente insignificantes, quais as que são para publicar e quais as que são para eliminar (HALL, 1999, p. 225). É preciso considerar que os valores-notícia são um mapa cultural, como define Stuart Hall, os valores-notícia não são naturais nem neutros, “eles formam um código que vê o mundo de uma forma muito particular (peculiar até), os valores-notícia são, de fato, um código ideológico” (SILVA, 2005, p. 7). Assim, os media ajudam a reproduzir e a manter as definições da situação que favorecem os poderosos, não só recrutando ativamente os poderosos nas etapas iniciais onde os tópicos são estruturados (HALL, 1999), mas favorecendo certas formas de expor tópicos e mantendo certas áreas estratégicas de silêncio.

Considerações finais

Embora o futebol seja considerado uma paixão nacional, parece não assumir este papel social quando a questão é o futebol feminino. O papel social da mídia não é de pequena importância, por isto cabe a identificação e o questionamento de como o esporte está presente nos veículos de comunicação. Esta pesquisa reforça a necessidade de se redirecionar o status social dessa questão na sociedade brasileira e discutir a forma como tem sido tratado o futebol feminino pela mídia, não apenas pelo que se diz, mas principalmente pelo silêncio sobre ele. O campo futebolístico brasileiro, com a saliência de fatores econômicos e políticos, nos faz perceber que o esporte, sinônimo de uma das maiores expressões populares em nível nacional, “não se restringe a uma expressão meramente folclórica” (MARTINS & DORNELLES, 2016, p. 9). O futebol está envolvido em uma cultura híbrida, onde o popular e o massivo convivem em meio a interesses das elites que atuam na gestão dos acontecimentos (espetáculos) esportivos.

A imbricação dos campos da economia, da política e da cultura, sugere, como entendem Martins e Dornelles (2016), que os processos de comunicação midiáticos sobre acontecimentos complexos como uma Copa do Mundo, requerem a atenção em dois sentidos, que se interpelam mutuamente: o da economia política da cultura e o da economia política da comunicação. A mídia e o jornalismo, enquanto instância social e processo pedagógico cultural (Louro, 1995) que pode tanto valorizar e legitimar conteúdos, grupos e sujeitos sociais quanto silenciá-los, deve perceber a importância de seu papel na configuração de valores sociais mais plurais em detrimento de um ideal hegemônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.

BERTASSO, Daiane. **JORNALISMO DE REVISTA E ETHOS DISCURSIVO: as imagens de si nas capas e nos editoriais da Veja, Época, Istoé e CartaCapital**. 2014. 168 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BITENCOURT, F. G. Metáforas do esporte – imagens e narrativas de guerra: o uso da linguagem esportiva na cobertura jornalística da guerra entre os Estados Unidos e o Iraque. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 9-20, 2005.

BORELLI, Viviane. **O esporte como uma construção específica no campo jornalístico**. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Thais May. GROHMANN, Rafael. **Jornalismo Esportivo VS Esporte Feminino**. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

DAMATTA, Roberto (org.). **Universo do Futebol. Esporte e Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRANZINI, Fábio. **As raízes do país do futebol: estudo sobre a relação entre o futebol e a nacionalidade brasileira (1919-1950)**. 2000. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. A vontade de saber I. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esp.**, São Paulo, v.19, n.2, p.143-151, abr/jun, 2005.

HALL, Stuart *et al.* (1999). **A produção social das notícias: o mugging nos mídia**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa, 1999.

JAEGER, Angelita Alice. “Gênero, Mulheres e Esporte”. **Movimento**, Porto Alegre, v.12, n.01, p.199-210, janeiro/abril, 2006.

JANUÁRIO, Soraya Barreto. **Modos de Ver: a (in)visibilidade feminina enquanto profissional do esporte**. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2015.

KANE, Mary Jo e PARKS, Janet B. The social construction of gender difference and hierarchy in sport journalism: few new twists on very old themes. **Women in Sports Physical Activity Journal**, v. 1, nº 1, p. 49-83,1992.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.

MARTINS, Marcel Neves; DORNELLES, Beatriz Correa Pires. Entre o ‘mundo real’ e o ‘mundo possível’: o ‘mundo da referência’ como desafio epistemológico no estudo em comunicação. **Animus**. Santa Maria, v.15 n.30, p. 187-200, 2016.

MARTINS, Leonardo Tavares; MORAES, Laura. O futebol feminino e sua inserção na mídia: a diferença que faz uma medalha de prata. **Pensar a Prática**. Goiânia, v.10, n.1, p.69-81, jan./jun, 2007.

MOURÃO, L. e MOREL, M. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 9-20, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. (Orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlen-dis&Vertecchia, p. 116-148, 2009.

RIAL, Carmen. “Rúgbi e Judô: esporte e masculinidade”. In: GROSSI, M. e PEDRO, Joana M. (orgs). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-52.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Ruino Dabat e Maria Betânia Ávila. Nova York, Columbia University Press, 1989.

SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade**. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v.2, n.1, p.95-107, jan./jun. 2005.

STERKENBURG, J. e KNOPPERS, A. Dominant discourses about race/ethnicity and gender in sport practice and performance. **International Review for the Sociology of Sport**, London, v. 39, n. 3, p. 301-321, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.